

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Curso de Pedagogia

LARISSA BERNARDES FUMACHE

MARIANA TOSHIE TAMURA

Milena Moretto

**AS IMPLICAÇÕES DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NAS
PRÁTICAS DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Itatiba - SP

2022

Dedicamos este trabalho aos nossos familiares que sempre nos incentivaram na conquista de um sonho. Aos nossos professores que passaram por nossa formação e que levaremos em nossos corações todos os ensinamentos. Esse trabalho não seria o mesmo sem vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus e as entidades espirituais que nos guiam em cada jornada.

A nossa família que sempre nos apoiou, incentivou, orientou, amou ao longo de todos esses anos de formação.

Aos professores da educação básica que conhecemos e nos acolheram, com certeza foram nossas inspirações para a docência e escolha do curso.

Aos docentes, que trabalhamos através de estágios, nos inspiraram e ensinaram através de suas práticas diárias.

Aos professores da Universidade São Francisco (USF) que a cada aula pareceram radiantes e com seus entusiasmos nos estimularam cada vez mais ao longo dos semestres. Vale também nossos agradecimentos a todas as coordenadoras de curso e demais funcionários da universidade, sem vocês a faculdade não seria completa, em especial à professora Milena Moretto, orientadora deste presente artigo.

Como também, aos nossos amigos que com seu companheirismo, alegria e confiança nos acompanharam em todos os momentos de nossas vidas.

Por fim, agradecemos a todos, que participaram de nossa trajetória pela docência, cada um estará eternamente em nossos corações e fica aqui nosso muitíssimo obrigada.

AS IMPLICAÇÕES DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS NAS PRÁTICAS DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

LARISSA BERNARDES FUMACHE¹

RA 002201803138

MARIANA TOSHIE TAMURA²

RA 002201802907

RESUMO

Avaliar é uma atividade humana e ocorre em qualquer fase da vida, seja acadêmica ou profissional. Todavia, muitas vezes, ela é como sinônimo de pressão, ameaças, medos, formas coercitivas dentre outras e no contexto escolar não poderia ser diferente, ainda mais quando nos referimos às avaliações de larga escala. Considerando esse cenário, essa pesquisa tem como objetivo compreender, a partir das vozes dos professores, como as avaliações externas interferem no ambiente escolar. Tem ainda como objetivos específicos: I – Identificar como os professores concebem a avaliação; e, II – compreender como os sujeitos são afetados pelas avaliações externas. Para isso, realizamos as entrevistas com duas professoras dos anos iniciais, de ambas as realidades, uma da rede pública e outra da rede privada do município de Itatiba que passam, constantemente, pelas avaliações Prova Brasil, Ana, SARESP, dentre outras. Os resultados demonstram que a avaliação enquanto mediação está presente no trabalho das docentes, porém o discurso neoliberal das avaliações externas impacta seriamente o planejamento e as práticas de sala de aula.

Palavras-chave: Avaliação externa; Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Prova Brasil; ANA.

INTRODUÇÃO

A avaliação está presente em todas as fases da vida e, ainda mais, na escola. Desde o momento que se ingressa na escola, quando se torna estudante, o sujeito passa a ser constantemente avaliado em todos os seus aspectos: seja na aprendizagem ou mesmo pelo comportamento. Ao chegar na vida adulta, é avaliado profissionalmente. Enfim, a avaliação faz parte da jornada acadêmica, profissional e pessoal das pessoas.

Em relação às avaliações, vemos o grande papel que desempenha na vida de muitos estudantes e dos professores. O significado das avaliações escolares, ao longo da história, tem dois lados: o primeiro que se tornou sinônimo de pesadelo e medo por priorizar o ato de avaliar em apenas números, para posteriormente gerar classificações, rótulos e práticas coercitivas que se garantem os “melhores resultados”, sem priorizar, de fato, a aprendizagem do aluno; o

¹ Aluna do curso de Pedagogia da Universidade São Francisco, Campus Itatiba.

² Aluna do curso de Pedagogia da Universidade São Francisco, Campus Itatiba.

segundo, este que assumimos como pressuposto principal nesta pesquisa, a avaliação com caráter mediador, na qual a avaliação será um instrumento importante para o planejamento do docente e que possibilite um norteamento em prol da educação integral dos sujeitos.

Considerando esse cenário, a pesquisa tem como temática as avaliações externas e suas relações dentro do ambiente educacional. Por conseguinte, a questão norteadora para essa investigação é a seguinte: de que forma as avaliações externas refletem no planejamento e interferem na prática pedagógica dos professores? Diante dessa questão, o presente projeto tem como objetivo compreender, a partir das vozes dos professores, como as avaliações externas interferem no ambiente escolar. Tem ainda como objetivos específicos: I) Identificar como os professores concebem a avaliação; e, II) Compreender como os sujeitos são afetados pelas avaliações externas.

Para responder a esses objetivos, realizamos uma entrevista narrativa com professoras dos anos iniciais, sendo uma da rede pública e outra da rede privada do município de Itatiba que passam, constantemente, pelas avaliações Prova Brasil, Saesp e ANA. Os dados das entrevistas foram transcritos e analisados.

Diante desse contexto, este artigo está estruturado da seguinte forma: primeiramente, apresentamos a fundamentação teórica que o embasa discorrendo sobre a avaliação e os impactos na educação; posteriormente, exporemos os procedimentos de produção e análise dos dados; na sequência, apresentamos as nossas análises sobre as entrevistas com as professoras; e, por fim, nossas considerações finais.

1. AVALIAÇÕES E SUAS RELAÇÕES ESCOLARES

A avaliação é um dos instrumentos que está presente em nossas vidas, seja ela acadêmica ou profissional. O problema é que ela, muitas vezes, ainda aparece no ambiente escolar como símbolo de injustiças sociais, classificações, hierarquização, rótulos e demais maneiras coercitivas que gera aos alunos o medo. Assim, nesta seção, pretendemos discutir sobre o conceito de avaliação e como a avaliação pode ser uma ferramenta valiosíssima da prática docente, em prol do aprendizado dos educandos, abrindo possibilidades de construção do conhecimento e retomada de ações.

1.1 A avaliação no processo escolar: uma reflexão

A avaliação tem sido um dos temas mais discutidos na área de educação. E discutir essa temática continua sendo necessário, uma vez que “a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável e enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação” (HOFFMANN, 1991, p. 17). Todavia, conforme aponta Luckesi (2002 apud VARANI; BALSAMO, 2015), nessa mesma perspectiva, a avaliação não pode ser um instrumento punitivo, mas sim de reflexão sobre as ações do educando e de todo processo de aprendizagem.

Para Freitas (apud VARANI; BALSAMO, 2015), a avaliação escolar é realizada a partir de três vertentes: avaliação de aprendizagem, avaliação institucional e avaliação da rede de ensino e elas se diferenciam ao mesmo tempo que se associam e se completam. Para ela,

Se a avaliação em larga escala é externa, a avaliação institucional é interna à escola e sob seu controle, enquanto a avaliação da aprendizagem é assunto preferencialmente do professor em sua sala de aula. Embora o processo seja múltiplo e integrado, cada um tem seu protagonista principal. (FREITAS, 2009, p. 35 apud VARANI; BALSAMO, 2015, p. 120).

Na perspectiva de Hoffmann (1993), do ponto de vista teórico, o campo da avaliação é extremamente amplo. Segundo a autora, há diferentes formas de se olhar para a avaliação: 1) de um lado a avaliação mediadora que busca avaliar diferentes situações de aprendizagens, acompanhando o desenvolvimento dos estudantes de forma contínua e utilizando o erro como parte do processo; 2) por outro lado, a avaliação classificatória, uma das práticas que ainda permeia dentro da educação e está associada a práticas de verificação de respostas certas e erradas, tomando decisões de aprovação ou reprovação de cada série. Hoffmann (1993), defende a primeira e alerta sobre os perigos do saudosismo desse último tipo de avaliação, na qual se legitima uma escola elitista, com bases no capitalismo e que reforça desigualdades sociais, na permanência nessa pirâmide social.

Dentre as definições das avaliações, principalmente da recorrente avaliação classificatória, apresentamos uma ideia defendida por Luckesi (1999) quando ele intitula a existência de uma pedagogia do exame devido a importância que as avaliações tiveram no decorrer do processo de ensino e de aprendizagem em todos os anos escolares. Historicamente, as práticas escolares estão intrinsecamente ligadas às ações avaliativas, isto é, “O nosso exercício pedagógico escolar é atravessado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/ aprendizagem” (LUCKESI, 1999, p. 18).

Contudo, essa didática pedagógica gera consequências: 1) pedagogicamente, limita as atenções justamente nos exames desviando as avaliações de suas funções verdadeiras; 2) psicologicamente, desenvolve a potencialização de submissão dos alunos, o que segundo Luckesi (1999), é a pior forma de controle, pois a pessoa torna-se presa em si mesmo; 3) sociologicamente, o termo utilizado pelo escritor em questão foi que a avaliação foi fetichizada para fazer uma seletividade social, mantendo a desigualdade. Nesse sentido, as provas têm como maiores objetivos reprovar os alunos do que promover de fato o ensino e aprendizagem de qualidade como visam a maioria das escolas.

1.2 A avaliação diante da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Por volta de 1990, a educação brasileira passou por processos de mudanças no que diz respeito à avaliação escolar. No âmbito político da época, o mundo vinha adquirindo um teor neoliberal, marcado pela característica de medir tudo de acordo com os lucros obtidos e, conseqüentemente, na educação não foi diferente. Foi neste momento que os métodos das avaliações em larga escala foram difundidos e, dessa forma, o educador passou a ter uma visão de educar a modo que seus alunos consigam bons resultados nestes testes feitos nas tão comuns avaliações externas. De acordo com Ravitch (2010 apud GERALDI, 2015, p. 393).

Avaliações padronizadas dão uma fotografia instantânea do desempenho. Elas são úteis como informação, mas não deveriam ser usadas para recompensa e punições, porque, quando as metas são altas, educadores vão encontrar um jeito de aumentar artificialmente as pontuações. Muitos vão passar horas preparando seus alunos para responderem a esses testes, e os alunos não vão aprender os conteúdos exigidos nas disciplinas, eles vão apenas aprender a fazer essas avaliações. Testes devem ser usados como sabedoria, apenas para dar um retrato da educação, para dar uma informação. Qualquer medição fica corrompida quando se envolve (sic) outras coisas num teste.

É o que tem acontecido até os dias atuais nas escolas brasileiras, infelizmente. Conforme já explicitamos com Hoffman (1991), uma avaliação da aprendizagem só faz sentido se integrada ao processo de ensino aprendizagem não como uma prática de transmissão de conhecimento, mas como mediadora das ações e reflexão docente e discente sobre a prática educativa. Todavia, em 2018, vemos a implantação de uma nova prescrição curricular: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) que acentua e, de certa forma, foi criada na intenção de respaldar as avaliações externas.

Geraldi (2015), por exemplo, defende que o princípio de implantar uma base nacional comum está também atrelada à organização para as avaliações externas. E, dessa forma, o professor encontra-se impedido de desenvolver projetos dos quais demandariam um certo

tempo por serem diferenciados, para que consiga chegar ao fim de cada ano tendo trabalhado com tudo que se espera dos currículos da base considerando o que será avaliado posteriormente.

1.3 Avaliações e implicações na aprendizagem

O sistema de ensino de nossa educação básica é fundamentado em princípios de aprovações e reprovações em todos os anos escolares. No final de cada bimestre e ao final do ano letivo, há o fechamento de etapas através da realização de cálculo de médias que no fim vão definir o quão superior, inferior ou mediano é cada aluno. São números que pouco ou nada representam o que o aluno aprendeu ou não. A questão aqui é: não importa se os conteúdos foram compreendidos, mas as notas que foram atribuídas aos estudantes.

Hoffmann (1991) alerta sobre os perigos de uma avaliação com a concepção de que “avaliar é dar nota”, “testar o que o aluno sabe”, uma vez que gera um reducionismo do seu real papel dentro do ensino. E quantas vezes,

os educadores aceitam e reforçam o velho e abusivo uso das notas, sem percebê-lo com um mecanismo privilegiado de competição e seleção nas escolas. Ingenuamente ou arbitrariamente, obstaculizam o projeto de vida de crianças e adolescentes com base em décimos e centésimos. Preocupam-se sobremaneira em atribuir 7 ou 7,5, enquanto relega a último plano os sérios problemas de aprendizagem. Perdem o sono por tais problemas imaginários ao invés de se deter em problemas verdadeiramente reais de aprendizagem. (HOFFMANN, 1991, p. 53).

A avaliação é um processo dinâmico, portanto, de ação e reflexão. Dentro do ambiente escolar existe uma dialogicidade e trocas, nas quais os educandos trocam entre si informações, como também com seus familiares. Todavia, à medida que se quebra essa perspectiva, contradiz o que realmente deveria ser.

O que podemos, na maioria das vezes notar, é que o processo avaliativo vem como algo independente do ensino e de aprendizagem do contexto escolar, como se fizessem papéis distintos neste contexto. Isso reforça que os instrumentos avaliativos, a forma como são planejados e propostos, são fundamentados apenas em uma perspectiva, a de quem o produziu suprimindo somente esses interesses, sem que haja uma participação integral do estudante. Isso se torna ainda mais discrepante quando não se leva em consideração o que foi ensinado, no caso por exemplo, das avaliações externas.

De acordo com Luckesi (1999), esta maneira empregada de desenvolvimento e aplicação das avaliações vem ao encontro de uma política dominante:

A avaliação da aprendizagem escolar no Brasil, hoje tomada in genere, está a serviço de uma pedagogia dominante que, por sua vez, serve a um modelo social dominante, o qual genericamente, pode ser identificado como modelo social liberal conservador (LUCKESI, 1999, p. 29).

Logo, toda esta prática está ligada a manifestações autoritárias, em que a avaliação adquire erroneamente um papel de instrumento ameaçador, disciplinamento social e comportamental dos alunos gerando o medo com o objetivo do controle, classificação e não como forma de se diagnosticar o que se passou e talvez não tenha sido aprendido. A nossa sociedade, de forma geral, também “apoia” esse desenvolvimento, uma vez que os responsáveis por essas crianças focam suas atenções nas notas ao fim de cada etapa, se passou ou reprovou no fim do ano, se teve suas notas e médias atingidas.

1.4 As avaliações externas e os impactos na educação

As avaliações externas dentro da educação básica chegaram em torno de meados de 1990, mas desde 1980 começou-se o desenvolvimento de políticas públicas das avaliações externas. Almeida (2020) aponta que o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) inaugurou a política com seu amplo e enraizamento profundo, relacionado com a perspectiva de testagem para avaliar os “empenhos” das escolas, favorecendo o planejamento de recursos, tornando mais “eficaz” e “eficiente” os investimentos destinados para a educação, dentro de uma perspectiva gerencialista, que entende as ações dentro das avaliações, apoiando em custos e benefícios, reflexos do sistema capitalista neoliberal.

Em conformidade, as avaliações externas induzem e apontam para as “prioridades” dos sistemas de ensino e as “aprendizagens essenciais” pela BNCC (2018). Porém, o papel enfatizado por outros autores em uma avaliação que acompanhe o aprendizado dos alunos, recai, nesse momento, em apenas um ciclo que inicia e finaliza, em ação perigosa que pode recair dentro das escolas,

Se é verdade que os processos de desenvolvimento do currículo são centrais para se pensar a qualidade do serviço educativo prestado, é igualmente verdade que uma avaliação dessa qualidade focada nos resultados que os alunos obtêm em provas de exames nacionais terá influências no que passará a ser considerado fundamental nesses processos curriculares (FIGUEIREDO; LEITE; FERNANDES, 2016, p. 649 apud ALMEIDA, 2020, p. 4).

Mesmo diante dos discursos em prol de práticas educativas que enfatizam um novo olhar de situações que garantem um envolvimento do aluno, uma formação integral do estudante, acaba ofuscando tais práticas e recaindo em prioridades das avaliações em larga

escala. E a implementação da BNCC (2018) acabou por “intensificar e fortalecer” essa perspectiva, como cita Almeida (2020).

Assim sendo, as avaliações externas são, em suma maioria, depois de suas aplicações, geração de indicadores. Varani e Balsamo (2015) comentam que esse conceito é datado desde 1995 de “Escala Comuns de Proficiência” com o fim de demonstrar o que os educandos sabem, conhecem, compreendem, fazem etc. Com base na prova aplicada, “classificam” o empenho, em geral, acaba-se por liberar uma escala, na qual, pode-se comparar em nível nacional, estadual e municipal. No final, sempre surge um indicador que servirá de motim para políticas públicas. Todavia, em suma, as escolas aderem a esses índices não para reflexão; ao contrário, torna-se uma meta para a abertura da competitividade, de qual instituição alcança a “melhor nota”. Esquece-se do educando, incentiva um aspecto que avassala o ensino, cria-se uma política que enegrece o educar.

Para compreender melhor sobre os impactos dessa avaliação no contexto escolar é que buscamos entrevistar professores dos anos iniciais, procedimentos que descreveremos com mais detalhes a seguir.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa apresentada neste artigo possui caráter qualitativo. De acordo com Bogdan e Biklen (1994) a pesquisa qualitativa é pautada nos pormenores, detalhes e não visa apenas responder ou testar hipóteses, mas leva também a perspectiva dos sujeitos participantes e do pesquisador. Dessa forma,

os investigadores qualitativos em educação estão continuamente a questionar os sujeitos de investigação, com o objectivo de perceber "aquilo que eles experimentam, o modo como eles interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem" (Psathas, 1973). Os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitam tomar em consideração as experiências do ponto de vista do informador (BOGDAN; BIKLEN, 1994, 51).

A investigação foi realizada por meio de entrevistas narrativas com o objetivo de compreender, a partir das vozes dos professores, como as avaliações externas interferem no ambiente escolar. Teve ainda como objetivos específicos: I – Identificar como os professores concebem a avaliação; e, II – Compreender como eles são afetados pelas avaliações externas.

A motivação da temática surgiu após termos completado a disciplina de teoria e práticas educativas de língua portuguesa no 6º semestre da faculdade que nos deparamos com a temática das avaliações e como funciona seu desenvolvimento voltado à área de linguagens. O tema, bastante complexo, suscitou várias questões que nos mobilizaram a buscar aprofundamento no que diz respeito a como as avaliações, em especial, as externas têm impactado no trabalho pedagógico. Pensamos, então, em investigar diferentes realidades de ensino entrevistando professores da rede pública e particular da cidade de Itatiba, interior de São Paulo.

A instituição particular participante do processo está localizada próximo ao centro da cidade desde 2011 em seu prédio próprio, sendo composta por uma estrutura de 3 blocos, 13 salas de aulas, com laboratórios de química, informática, de programação e robótica, brinquedoteca, biblioteca, entre outros espaços diversificados, contando com um grande número de alunos, aproximadamente 450, do ensino fundamental ao ensino médio.

A instituição pública também localizada próxima do centro, contém aproximadamente em torno de 12 salas de aulas e no total 24 turmas, quadra de esportes, biblioteca, sala de informática, laboratório, refeitório, até mesmo um pequeno “bosque”, sala de recursos chegando até em torno de 631 alunos. Funciona no período matutino e vespertino com turmas do fundamental I com 13 turmas e o fundamental II com 11 turmas.

Participaram desta pesquisa duas professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, 1º ao 5º ano, sendo que uma delas ministra aulas na escola pública da rede municipal de Itatiba e a outra na instituição privada descritas acima. As professoras participantes são:

Nome²	Formação Acadêmica	Tempo de atuação (anos)	Ano que leciona atualmente
Clara	Pedagogia/ Pós-graduação em Libras	13	3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental
Sol	Magistério/ Licenciatura em Letras	32	5º ano do Ensino Fundamental

O instrumento de coleta de dados que utilizamos foi a entrevista narrativa com as docentes dos anos iniciais do ensino fundamental. É um instrumento que está crescendo nos últimos anos, como apontam Jovchelovitch e Bauer (2008, p. 90). Segundo os autores, a narrativa “[...] está relacionada com a crescente consciência do papel que o contar histórias

² O nome das participantes é fictício para preservar suas identidades.

desempenha na formação de fenômenos sociais”. Durante as entrevistas que foram realizadas com as professoras, utilizamos áudios gravações que auxiliaram no processo de transcrição e análise dos dados.

Antes da realização das entrevistas, os sujeitos da pesquisa foram informados sobre todo o processo de pesquisa. Além disso, orientados ao direito do anonimato e sigilo, como também assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A entrevista teve o seguinte roteiro:

Quadro 1 - Roteiro de entrevista

1. Conte-nos sobre como foi sua trajetória escolar e a escolha pela docência.
2. Conte-nos como funciona o processo de avaliações bimestrais de sua escola?
3. Conte-nos como você avalia os seus alunos, isto é, o que você considera na hora de avaliar? Sabemos que as avaliações externas estão cada vez mais presentes dentro do ambiente educacional.
4. Conte-nos o que significam essas avaliações para você e se elas têm afetado seu trabalho pedagógico?
5. Enquanto professora, o que você diria a futuras docentes que atuarão nos anos iniciais do ensino fundamental a respeito do processo avaliativo?

Cabe ressaltar que, ao longo das entrevistas, dadas as narrativas dos sujeitos, surgiram outras questões, como, no caso da entrevistada Sol (2022) que ao discorrer sobre o entusiasmo gerado pelos estudantes, perguntamos como a escola prepara os alunos para as avaliações externas.

Após as entrevistas realizadas com as professoras dos anos iniciais do ensino fundamental, transcrevemos para melhor compreensão e análise dos dados. Cada transcrição se organizou contendo um cabeçalho com o nome do entrevistado, a data realizada, o local e outras informações que considerarmos necessárias, como abordam os autores Bogdan e Biklen (1994). Cabe ressaltar, que seguindo os protocolos éticos, a partir do momento que os dados foram transcritos, as entrevistas foram devolvidas aos respondentes para que pudessem modificar, acrescentar ou retirar algo que desejassem. Assim que as professoras aceitaram deram o aceite, as entrevistas foram analisadas e, a partir das convergências e divergências das respostas,

organizados os eixos temáticos a saber: 1) A concepção de avaliação na perspectiva do professor; 2) A avaliação externa no processo de ensino.

3. ANÁLISE DOS IMPACTOS DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS VOZES DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS

Nesta seção, apresentamos nossas análises sobre a voz das professoras sobre as avaliações e, em especial, sobre as avaliações externas. Percebemos, de certa forma, que os discursos das professoras marcam a compreensão delas acerca dessas avaliações e, conseqüentemente, os impactos que, segundo elas, essas avaliações causam na prática pedagógica. Para tanto, conforme apresentamos, dividimos nossa análise em dois eixos temáticos: 1) A concepção de avaliação na perspectiva do professor; 2) A avaliação externa no processo de ensino, o que apresentamos a seguir.

3.1. A concepção de avaliação na perspectiva do professor.

A análise das entrevistas feitas com as professoras selecionadas para discursarem sobre suas experiências principalmente narrando seus trabalhos e planejamentos diante da temática de avaliações nos mostra que, mesmo em realidades e contextos bem diferentes, a concepção do que se tem e conhece de avaliação não se diverge independente do ano trabalhado, seja do setor público ou privado.

Destarte, um ponto principal que permeia é o que é avaliar para esses docentes. Elas apresentam em seus discursos a concepção de avaliação que Hoffmann (1991) enfatiza: ou seja, uma concepção de avaliação enquanto mediação que vai em contraposição a uma concepção que até então se enraizou nos ambientes escolares, que limita o real desenvolvimento do educando, que o rotula por meio de décimos, além de serem coercitivas e controladoras, não refletindo o real aprendizado do discente. Na fala das docentes se apresenta uma concepção de avaliação que vê as potencialidades dos alunos, algo que seja permeado de ação, reflexão e ação, em prol de um processo dialógico e cooperativo conforme podemos ver abaixo:

[...] A questão da avaliação é ter sempre em mente não só somar e dividir, isso não resolve né. A avaliação deve ser para retomar conteúdo, dar sempre a devolutiva para o aluno, que é muito importante, porque ele precisa saber [...] Porque a gente não pode querer uma avaliação só classificatória, ela tem que ser formativa. (Entrevistada Sol, 2022).

[...] A questão da avaliação e como nós utilizamos no ambiente onde eu trabalho, eu utilizo ela de forma processual formativa, ou seja, ela tem que ser contínua no qual é realizado durante toda a etapa não tem uma semana de avaliação como antigamente, a gente tinha só essa questão de faz um questionário e pronto né, hoje em dia ela não deve ser dessa forma para isso, então realizados os diferente tipos de instrumentos para atender as várias habilidades dos estudantes. (Entrevistada Clara, 2022).

Vemos nestes excertos uma concepção de avaliação enquanto formativa, a importância do avaliar de forma contínua, na construção de cada etapa juntamente com o educando, não com o viés de terminalidade, mas que oriente outras ações a fim de que os educandos, de fato, aprendam e compreendam. Emerge do discurso delas uma concepção de avaliação enquanto processo de reflexão que transforma o ato pedagógico, como apresentado em Hoffmann (1991, p.18) quando afirma que a avaliação é “um processo interativo, através do qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação”. Tal enunciado também reflete o exposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 quando direciona que, na escola, a avaliação deve ser “contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”. Essa concepção é importante para que o professor reconheça que os erros dos estudantes podem ser significativos para as próximas ações da prática pedagógica.

As docentes também enfatizam a importância do planejamento no processo de ensino, uma vez que ele irá nortear o caminho antes, durante e depois das avaliações. Clara, por exemplo, enfatiza que tudo “*tem que ser muito bem planejado*” e que “*ele pode ser modificado constantemente*”. Ela o denomina de “*planejamento reverso*”, já que o considera não como um processo estático, mas em consonância com o meio, pode e deve ser modificado. Nesse sentido, conforme aponta Hoffmann (1991, p.56), entendemos que a avaliação “não se resume à sua aplicação, ao seu resultado, mas à utilização como fundamento para nossa ação educativa. É um procedimento investigativo, como ponto de partida para o “ir além” no acompanhamento do processo de construção do conhecimento”.

O processo avaliativo apontado pelas professoras também se caracteriza como uma avaliação enquanto mediação, já que Sol e Clara relatam que, em suas práticas, buscam ir além de atos mecânicos ou de memorização, isto é, compreendem a avaliação como processo, não como caráter terminal ou sentenciado e os erros nela apresentados são importantes para a reflexão dos alunos e replanejamento do professor conforme expõem:

[...] Sempre mostrar, compartilhar a intenção que você tem objetivo naquela atividade para que ele possa compreender melhor e entender porque o aluno está prestando atenção,

não quer dizer que ele compreendeu e entendeu, eu vou conseguir saber que ele compreendeu, entendeu na hora de ele explicar, na hora que ele conseguir trocar com os outros colega, se ele conseguir me apresentar aquilo com as palavrinhas dele, se ele consegue interpretar, se ele consegue aplicar aquilo ali. (Entrevistada Clara, 2022).

*[...] O aluno falou assim para mim “**nossa professora agora eu entendi, eu sempre erro isso e eu sempre recebi a minha prova errado, mas eu nunca consegui descobrir o porquê que estava errado. Agora entendi porque errei**”. Então veja como é importante você tá corrigindo com o aluno, você tá mostrando para ele, então a devolutiva é muito importante, é mais importante do que própria nota, porque ali, que ele vai ver onde ele errou, o que ele tem que fazer para mudar, e se ele acertou ótimo né. (Entrevistada Sol, 2022).*

A avaliação, nesse sentido, poder-se-ia tornar um instrumento de ação libertadora dentro do ensino, e não manter-se como propõe a educação neoliberal capitalista, gerencialista e que se prioriza apenas em números. Avaliar é utilizar diferentes instrumentos em prol dos sujeitos em formação, garantir a investigação, ampliar as perspectivas, um ato político, não passivo, que possibilite ser utilizado para integrar e fazer-se parte, para incluir e não excluir. Nesse sentido, avaliar seria, conforme Luckesi (2000),

um ato amoroso no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção - que obrigatoriamente conduz à exclusão. (LUCKESI, 2000, p.172).

É nessa perspectiva que Sol discorre sobre a avaliação enquanto formação e parte do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Toda nossa avaliação tem que ser formativa, retomar conteúdo, vou ver o que meu aluno não entendeu, vou retomar, fazer novamente se possível uma nova avaliação com esse mesmo conteúdo, para que você tenha um resultado real né que não seja nada somado e dividido porque não é esse objetivo de avaliação nenhuma. (Entrevistada Sol, 2022).

É importante ressaltarmos que assim como a avaliação permite essas diversas possibilidades, é possível também que ela oportunize o entendimento da maioria dos alunos aos conteúdos estudados, fazendo-os obter melhores resultados. Para isso, há a necessidade de que se insira os mais variados tipos de instrumentos avaliativos, assim como defende a professora Clara.

Então são realizados os diferentes tipos de instrumentos para atender várias habilidades dos Estudantes porque temos aqueles que são orais aqueles que são escritos aqueles que são visuais, outros que são auditivos, então nós temos que ver qual a melhor habilidade e temos que oferecer todas, oferecendo todas as suas habilidades a gente vai atingir a todos os estudantes. (Entrevista Clara, 2022).

A concepção de avaliação apresentada pelos docentes é de suma importância, pois é o que apresentam nas suas práticas diárias e das relações mediadas com os estudantes. A avaliação nunca pode ser estática, possui movimento de ação e reflexão como vemos em Hoffmann (1991, 1993). Como os alunos estão em constante aprendizado, as professoras demonstram possibilitar essa abertura ao diálogo, demonstram utilizar as avaliações para apresentar novos desafios, construir novas ações, enfim, é uma concepção que respeita todo o processo de aprendizagem e que possui, não um caráter excludente, mas libertador.

3.2. A avaliação externa no processo de ensino

No discurso das professoras também emergem reflexões sobre as avaliações externas. Se a princípio elas nos mostram que concebem as avaliações como um ato mediador que vai muito além das somas e divisões, de uma convenção numérica não se tendo a necessidade de estar em apenas um formato, mas que pode abranger diferentes formas avaliativas sendo então considerada parte de um processo; em contrapartida, ao analisarmos a questão das avaliações externas, percebe-se que essa abertura e flexibilidade de planejamento perde seu dinamismo.

Na fala das docentes, percebe-se que as avaliações externas de fato possuem um caráter comparativo entre escolas, entre turmas, ou até mesmo entre a mesma turma ao passar dos anos com quedas ou avanços de seus desempenhos. São provas únicas utilizadas por centenas de escolas, elas são desenvolvidas na maioria das vezes por pessoas que não necessariamente estão atuando dentro de sala de aula e que desconhece totalmente o sujeito que vai realizá-la, e as particularidades de cada escola. Há certo ofuscamento das reais aprendizagens, pois acabam apenas tendo foco nas aprendizagens essenciais dos componentes de língua portuguesa e matemática, como apontam esse excerto:

[...] Mesmo não sendo possível negar a importância dessas avaliações e do próprio Ideb para análise dos sistemas de ensino, há de se reconhecer que são insuficientes para avaliar o trabalho desenvolvido pelas escolas. Isso porque tanto limitam a qualidade almejada apenas à aprendizagem de algumas habilidades e competências, recorrentemente nas áreas de Leitura e Matemática, não abrangendo todos os componentes presentes no currículo escolar [...] (ALMEIDA, 2020, p. 6).

Devido a essa expansão das avaliações externas de larga escala, as escolas acabam se sentindo pressionadas a atingirem os índices indicados ou almejar cada vez maiores níveis, o que ocasiona sérias mudanças no trabalho pedagógico e impactos na vida dos educandos. Esquecendo-se do papel de avaliação enquanto mediador do processo de reflexão, acabam por vezes a priorização das disciplinas das linguagens e das exatas, medidas de treinamento com o uso de gabarito, estabelecendo metas e objetivos entre os docentes daquela instituição escolar e cada vez mais uma competitividade crescente aos moldes do mundo capitalista que nos inserimos, imbricando ao modelo econômico que interfere e se disfarça nos discursos escolares.

Elas assustam um pouco os pequenos, os alunos dos anos iniciais, pois é algo que vem de fora do ambiente escolar, então a gente tenta prepará-los durante todo ano para que esse momento ocorra lá no fim do ano. Para isso são oferecidas diversas atividades baseadas em avaliações anteriores, não são dadas pelas essas instituições, nós buscamos, nós professores nos atualizamos para que a nossa linguagem e inclusive que a gente utiliza nas nossas avaliações, estejam no mesmo nível utilizado na avaliação que é realizada no final do ano (Entrevistada Clara, 2022).

Outro ponto disfarçado nos discursos à essas avaliações é a condição de aplicação, desde a escolha da época do ano que ela será realizada até a forma que alguns professores lidam com elas dentro de sala, em nossos estudos teóricos nos deparamos com situações onde os docente utilizam dos momentos avaliativos como forma de pressão psicológica e tortura para com os alunos, com a professoras entrevistadas essa realidade é diferente, mas não deixa de ser uma preocupação.

Negativamente o fato de mexer com o psicológico das crianças ansiedade o medo de errar, preencher gabarito que todo mundo fala, do tal do preencher gabarito, de como é ruim preencher o tempo de avaliação enfim né e o fato de ocorrer somente lá no fim do ano, as crianças já estão mais cansados então a gente tenta prepararmos o máximo possível. (Entrevista Clara, 2022)

Todavia, mesmo diante dessa pressão do sistema e dos índices gerados, ambas as docentes afirmam sim tal realidade, não o negam, mas apresentam em suas falas uma importância dessas avaliações para os educandos, que conseguem visualizar se seus alunos estão aprendendo, um indicativo de “parâmetro” ou como uma “autoavaliação” da escola perante as avaliações externas. Um “diagnóstico” assim se possível dizer, de mudanças de rumos para seu trabalho pedagógico.

[...] Afeta meu trabalho de forma positiva, se for pensado como autoavaliação e não como comparação com outras unidades, porque se for para autoavaliação, a gente está evoluindo nossos estudantes né, a gente tá vendo o quanto eles crescem ou se mantém. (Entrevistada Clara, 2022).

[...] A gente fica feliz, quando você vê, tínhamos uma meta a atingir, ela foi atingida, é muito gratificante isso, então essas avaliações externas ajudam muito a gente para você ter um parâmetro. Como estão meus alunos né, como está a minha escola, como está meu Município, então a gente tava olhando um global né, você tá vendo o resultado de uma avaliação bem mais global, não é só ali a sua sala centralizada, então eu acho que essas avaliações externas ajudam muito. (Entrevistada Sol, 2022).

Vemos assim que as avaliações externas não só modificam a vida dos estudantes, como também acabam afetando o trabalho pedagógico e futuros planejamentos. Cabe então aos docentes refletirem sobre como concebem essas avaliações externas e articulam com os saberes escolares, uma vez que a lógica do sistema neoliberal vem crescendo a cada ano. Isso acaba se tornando algo rotineiro, burocrático e acirrando a competitividade entre as escolas. A aprendizagem não se mede por números e escalas. O que faz sentido é uma avaliação formativa que visa promover a reflexão e ações significativas nas práticas pedagógicas tendo como princípio maior o avanço da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável o fato de que as avaliações externas influenciam na prática pedagógica dos professores, sejam eles de escolas públicas ou privadas, municipais ou estaduais e que essas interferências irão afetar no ensino-aprendizagem das nossas crianças e adolescentes na fase da escolarização básica. Através dos nossos estudos e dos aportes teóricos da área, foi possível ver no dia a dia do professor essas interferências no seu planejamento pedagógico.

Observamos que a avaliação formativa possui um caráter dinâmico, dialógico, rico de possibilidades, capaz de problematizar e ser uma aliada na construção do conhecimento. Esse tipo de avaliação é pensada como um processo contínuo e não como números e medidas como se apresentam as avaliações externas.

A grande realidade é que por mais que existam inúmeros estudos sobre as avaliações, ainda nos deparamos com um cenário que não favorece nossos educandos e nem a nossa educação de qualidade. Ela é, muitas vezes, utilizada como instrumento de poder e punição ou de competitividade, como se apresentam as avaliações externas.

A partir das entrevistas realizadas com as professoras dos anos iniciais, notamos que existem formas de tornar esse avaliar de forma mais produtiva, mas que para isso é necessário planejamento e estudo. A flexibilização das datas de aplicação, a inclusão de diversas formas de avaliação, garantindo que todos os estudantes tenham a chance de mostrar em quais

conteúdos possuem maiores afinidades, o trabalho com o erro, dentre outras são formas de trabalho com a avaliação enquanto processo contínuo e formativo.

Mesmo diante de um cenário neoliberal que faz prevalecer as avaliações externas é preciso esclarecer que, acima de tudo, o objetivo da escola é educar os alunos para a vida, não esperar que se tornem apenas uma máquina de bons resultados. Eles precisam aprender a construir conhecimentos, dialogar, pesquisar etc. O que se espera é que ao invés de uma pedagogia da opressão, que possamos usufruir uma pedagogia da leveza do saber, do prazer e da vontade e da libertação.

Conforme Hoffmann (1991), as avaliações possuem caráter político, e não podemos fazer com que elas perpetuem as desigualdades sociais crescentes no nosso país e que continuemos valendo-nos delas para aplaudir o tão comum fracasso escolar das escolas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luana Costa. Quando o foco passa a ser o resultado na avaliação externa em larga escala: evidências de uma rede. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, p. 1-17. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/XGfdRbfzYmKNKKSbFSN9dRR/?lang=pt>>. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. Ministério da educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 26 set. 2021.

BRASIL. Ministério da educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 08 mai. 2022.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994, 335 p. Tradução do texto de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista.

GERALDI, João Wnaderley. O ensino de língua portuguesa – e a Base Nacional Comum Curricular. **Revista Retratos da escola**, Brasília, v. 9, n.17, p. 381-396. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/587>>. Acesso em: 26 set. 2021.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação: Mito & Desafio: Uma perspectiva construtivista**. 10. ed. Porto Alegre: Educação & Realidade e livros, 1991, 120 p.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora**: Uma prática em construção da pré-escola à universidade. 4ª ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993, 200 p.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999, 182p.

LUCKESI. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?** Pátio, Rio Grande do Sul, n.12, p. 6-11, fev/mar. 2000.

VARANI, Adriana; BALSAMO, Luciana Maria. “Eu só penso em descritor”: Sentidos produzidos sobre a avaliação externa no cotidiano escolar. **Revista Telas**, Rio de Janeiro, 2015, v. 16, n. 43, p. 117-134. ISSN 1518-5370. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24572>>. Acesso em: 22 set. 2021.